

**Patrimônio e Distribuição de Riqueza na Província Mineira:  
Rio Pardo (1833-1870)<sup>1</sup>**

Edneila Rodrigues Chaves<sup>2</sup>  
Mestre em História Social – UFMG

A dimensão do material na sociedade de Rio Pardo, cujo termo se localizava na região norte da província de Minas Gerais, é analisada neste artigo nos aspectos do patrimônio e da distribuição de riqueza. As fontes de pesquisa constituem-se de uma série de 160 inventários *post mortem*, do período entre 1833 e 1870, com enfoque para as décadas de 1830 e de 1860.<sup>3</sup> Na composição do patrimônio, identifica-se a predominância de três bens: escravos, animais e de raiz<sup>4</sup>. Quanto à distribuição de riqueza, boa parcela dela estava concentrada nas mãos de um pequeno subgrupo de proprietários, apontando uma hierarquização social. A partir da estrutura de posse de escravos, essa distribuição de riqueza é visualizada.

Os proprietários de bens inventariados eram homens e mulheres de condição livre, não tendo ocorrido a identificação de libertos.<sup>5</sup> Apenas três libertos da amostra consultada puderam ser identificados por meio dos seus testamentos. Apesar dos poucos indícios, certamente muitos forros se encontravam entre os homens e as mulheres que possuíam bens. Tratando-se do segmento cativo, constam importantes informações sobre ele, como as posses individuais, a identificação de dados pessoais, as condições de saúde, os preços e, mais raramente, as relações estabelecidas com os proprietários.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação de mestrado, que defendi no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2004. Cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*.

<sup>2</sup> Professora na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

<sup>3</sup> A série de inventários aqui trabalhada pertence ao Arquivo do Fórum da Comarca de Rio Pardo de Minas (AFCRPM). Inventários – maços 05-10 (1833-1842) e maços 23-30 (1861-1870).

<sup>4</sup> Os bens de raiz eram os bens imóveis. No caso de Rio Pardo, eles eram casas e terras.

## Patrimônio

No que se refere ao aspecto material na sociedade rio-pardense, o primeiro elemento aqui tratado é o patrimônio das famílias de inventariados. Quanto a sua composição, os investimentos concentraram-se em três bens: escravos, animais e de raiz. Essa tendência ocorreu de forma semelhante tanto para a década de 1830 quanto para a de 1860. Boa parte do patrimônio estava aplicada em escravos – 54% no primeiro subperíodo e 55% no segundo –, seguindo-se dos investimentos em animais e em bens de raiz. As três categorias de bens somavam, juntas, 86% da fortuna da primeira década e 85% da riqueza da última. Os outros bens patrimoniais, como objetos pessoais, indumentária, mobiliário e créditos, foram agrupados na categoria *Outros*, representando 13% do patrimônio da década de 1830 e 14% do total de bens da de 1860 (TAB. 1). A mão-de-obra escrava, portanto, constituía-se no principal referencial de riqueza.

Em Bonfim, região do centro-oeste da província mineira, o investimento em escravos correspondeu a 48% do patrimônio dos proprietários de bens no século XIX. E a riqueza, como em Rio Pardo, estava firmada na propriedade de escravos.<sup>6</sup> Desde o século XVIII, a propriedade escrava constituía-se na maior parcela do patrimônio de várias localidades, como em Vila Rica.<sup>7</sup> Concentrar a riqueza em escravos era, portanto, um antigo comportamento da sociedade do Setecentos, de sistema escravista. O investimento em mão-de-obra cativa sinalizava a importância do trabalho compulsório nas atividades econômicas.

TABELA 1

Composição de patrimônio (em réis) – Rio Pardo (1833-1870)

BEM	INVESTIMENTO			
	1833-1842		1861-1870	
	Abs.	%	Abs.	%
Escravos	84:711\$966	54,93	156:557\$898	55,88
Animais	32:797\$000	21,26	51:745\$802	18,47
De raiz	15:857\$283	10,28	30:168\$622	10,77
Outros	20:865\$755	13,53	41:678\$888	14,88
<b>Total</b>	<b>154:232\$004</b>	<b>100,0</b>	<b>280:151\$210</b>	<b>100,0</b>

Fonte: AFCRPM. Inventários – maços 05-10 e maços 23-30.

<sup>5</sup> A inexistência de registros de óbitos para o período impossibilita investigar a representatividade do conjunto documental em relação à população que existiu na época.

<sup>6</sup> Cf. MARQUES, Cláudia Eliane. *Riqueza e escravidão*, p. 92-93.

<sup>7</sup> Cf. MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. *La société ouropéenne selon les inventaires post mortem (1740-1770)*.

## Distribuição de riqueza

A distribuição da riqueza patrimonial é o segundo elemento abordado na análise da dimensão do material na sociedade em questão. Para observá-lo, defino quatro faixas de fortuna a partir dos valores dos patrimônios: até 999\$000; de um conto de réis a 2:999\$000; de três contos a 7:999\$000; e de oito contos a 23:709\$684. O critério para a definição dessas faixas é dado pelo próprio contexto no qual os valores patrimoniais se apresentam na documentação. Como a proposta é fazer uma análise comparativa dos dados das décadas de 1830 e de 1860, um problema a ser considerado no uso das mesmas faixas para os dois subperíodos é o de ter ocorrido um possível processo inflacionário monetário, que poderia exigir faixas diferenciadas para as duas décadas.<sup>8</sup> Será que em Rio Pardo houve uma desvalorização da moeda, incidindo sobre os valores dos bens? Alguns deles foram mais sensíveis a uma desvalorização do que outros? Um proprietário da década de 1830 e um da década de 1860 que tiveram seus bens avaliados em 1:000\$000, por exemplo, tinham um mesmo nível de riqueza?

Não tenho respostas para essas perguntas. Conto apenas com alguns indicadores. É possível afirmar que o preço de escravo foi bastante sensível às mudanças conjunturais, ocorridas nesse tempo. Na década de 1830, os escravos entre as idades de 20 e 30 anos de boas condições de saúde receberam valores de 300\$000 a 400\$000. Na década de 1860, o valor que os escravos de mesma faixa de idade e de condições de saúde receberam foi de 600\$000 a 1:000\$000. Já a cabeça de gado *vacum* foi avaliada em 5\$000 na primeira década e dobrava de valor na segunda.<sup>9</sup> Não obstante, outros bens foram menos sensíveis ou, mesmo, insensíveis a uma eventual mudança conjuntural, como os instrumentos de trabalho. A uma “enxada nova”, por exemplo, foi dado o mesmo valor nos dois subperíodos: 2\$000.<sup>10</sup>

É visível que alguns bens passaram por um processo inflacionário. Entretanto, essa evidência não possibilita mensurar o percentual de desvalorização da moeda para que possa ser feito um ajuste nas faixas da última década. A minha opção é a de manter as mesmas faixas para as duas décadas, ainda que elas possam estar expressando níveis diferenciados de riqueza. Ficando a questão em aberto, é possível estar investigando como a riqueza estava distribuída nas duas temporalidades, mas a verificação dos níveis de riqueza em termos

---

<sup>8</sup> No Brasil do século XIX, a moeda vigente era o real; réis no plural.

<sup>9</sup> Para o gado *vacum*, a variação de preço por subperíodo foi quase inexistente.

<sup>10</sup> AFCRPM. Inventários – maços 05-10 (1833-1842) e maços 23-30 (1861-1870).

comparativos só é procedente por meio da observação dos bens possuídos, e não dos valores registrados. Outra questão a ser ponderada é que os bens avaliados nos processos de inventário poderiam, eventualmente, ser subvalorizados ou supervalorizados em relação aos preços praticados no mercado local.

Outra opção metodológica, não adotada aqui, seria a conversão do valor dos bens em libras esterlinas, moeda estrangeira mais estável, que poderia corrigir a desvalorização sofrida pela moeda nacional no período em tela. Em que medida, porém, a utilização de uma moeda estrangeira é método seguro para avaliar o padrão de riqueza de um país?<sup>11</sup> Tratando-se da economia de Rio Pardo, os objetos arrolados nos inventários eram locais e nacionais, tendo sido rara a presença de artigos importados. Isso significa dizer que essa economia não foi afetada pela taxa de câmbio internacional, e sim pela conjuntura econômica, fosse local, regional ou nacional, que incidiu de forma bastante diversa na desvalorização de bens.

Na análise da distribuição da riqueza patrimonial, três grupos de proprietários são identificados, partindo das quatro faixas definidas. Na década de 1830, o maior deles, 55%, possuía 15,06% da riqueza, sendo classificado de faixa baixa de fortuna. Outro grupo, 40%, que detinha metade da riqueza, constituía os de faixa média. Por último, um pequeno número de proprietários mais afortunados, correspondendo a 5% do grupo, possuía um terço de toda a riqueza. Já na década de 1860, os inventariados considerados de faixa baixa de fortuna, 26,25%, possuíram apenas 3,96% da riqueza. Quanto aos proprietários considerados de faixa média, houve um aumento do número deles: passaram a representar 61,25% do contingente e continuavam donos de 50,56% da riqueza. Finalmente, o grupo mais rico, com 45,48% da riqueza, compunha-se dos 12,5% restantes dos inventariados (TAB. 2).

---

<sup>11</sup> Cf. BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação apud* ARAÚJO, Maria Lucília. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*, p. 69.

TABELA 2

Faixas de fortuna (em réis) – Rio Pardo (1833-1870)

FAIXA DE FORTUNA	1833-1842				
	Inv.	Monte Mor	Inv.	M.M.	M.M. médio
	Abs.	Abs.	%	%	Abs.
até 999\$000	44	23:231\$272	55	15,06	527\$983
de 1:000\$000 a 2:999\$000	24	41:841\$295	30	27,13	1:743\$387
de 3:000\$000 a 7:999\$000	8	38:170\$872	10	24,75	4:771\$359
de 8:000\$000 a 23:709\$684	4	50:988\$602	5	33,06	12:747\$150
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>154:232\$041</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>1:927\$901</b>
FAIXA DE FORTUNA	1861-1870				
	Inv.	Monte Mor	Inv.	M.M.	M.M. médio
	Abs.	Abs.	%	%	Abs.
até 999\$000	21	11:088\$568	26,25	3,96	528\$027
de 1:000\$000 a 2:999\$000	28	52:010\$670	35,00	18,57	1:857\$523
de 3:000\$000 a 7:999\$000	21	89:638\$460	26,25	31,99	4:268\$498
de 8:000\$000 a 23:709\$684	10	127:413\$512	12,50	45,48	12:741\$351
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>280:151\$210</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>3:501\$890</b>

Fonte: APFCRPM. Inventários. Maços 05-10 e maços 23-30.

Tratando-se dos proprietários classificados na faixa baixa de fortuna, os da década de 1830 tinham seus investimentos concentrados nos bens da categoria *Outros* e em escravos. Quanto à propriedade de escravos, um terço desse subgrupo não tinha posses. Já 50% dele era proprietário de um a dois escravos, e a minoria restante tinha posses que variavam de três a cinco cativos. No conjunto dos bens, os de raiz foram menos expressivos. Um terço deles não possuía esse tipo de bem. A posse de “uma casa de morada” e de “um pedaço de terras” foi o mais comum, tendo sido poucos os donos de volume maior de terras. Com relação à posse de gado bovino e eqüino, a média foi de doze animais por proprietário.

Romão dos Santos, viúvo e sem filhos, era um dos inventariados de faixa baixa de fortuna. Com um patrimônio avaliado em 96\$250, menor valor registrado, ele possuía uma casa na vila de Rio Pardo, onde morava, e “um beco coberto de telha”, com ferramentas de carpinteiro. A mobília de sua casa se resumia a uma mesinha, um banco, três tamboretas e dois catres. Ele possuía também três animais.<sup>12</sup> Já Antônio Falcão era um dos mais favorecidos desse subgrupo. Ele possuía um sítio, dez cabeças de gado *vacum* e teve uma posse de onze escravos. Viúvo de Felícia da Rocha, o casal foi escravo de Domingos da Rocha e alcançou a liberdade “ainda em vida” do senhor.<sup>13</sup> Antes da morte de Felícia, cinco escravos foram forrados. Em seu testamento, posteriormente, Antônio Falcão deixava um escravo forro, outro

<sup>12</sup> APCRPM. Inventários – maço 07. Processo de inventário *post mortem* de Romão Peris dos Santos. Rio Pardo, 22/5/1839.

coartado e doava outro a um afilhado. Talvez parte dessa riqueza, o casal adquiriu-a ainda na condição de cativo.<sup>14</sup> Com a redução de bens escravos, o inventariado contava com um modesto patrimônio de 886\$500.<sup>15</sup>

Já os proprietários da década de 1860, incluídos na faixa baixa, diferentemente do primeiro subperíodo, quase a metade do patrimônio do segmento estava concentrada em animais, seguidos de investimentos em bens da categoria *Outros* e em bens de raiz. A posse de escravos foi, por sua vez, inexpressiva. Apenas 2% dos inventariados da faixa chegaram a possuir um escravo, excetuando uma posse de três escravos. Ao contrário dos bens escravos, eram poucos os que não possuíam bens de raiz. As propriedades iam desde “uma casa de morada” ou “uma casinha velha” e uma parte de terras, a uma casa e duas partes de terras. É interessante observar que nesse subgrupo o maior investimento foi em animais, com os bens de raiz ocupando o terceiro lugar na ordem de valores dos bens. Com pequenas propriedades rurais, a maioria desses proprietários criava animais e cultivava a terra, não dispondo de mão-de-obra escrava. Assim, enquanto no primeiro subperíodo os maiores investimentos foram em bens da categoria *Outros* e em escravos, no segundo os bens referenciais foram animais e *Outros*.

Quanto aos proprietários de faixa média de fortuna, eles foram subdivididos em duas camadas: menos favorecida e mais favorecida.<sup>16</sup> O patrimônio dos proprietários da década de 1830 estava constituído na sua maior parte por escravos. Depois da mão-de-obra escrava, o maior investimento foi em animais. É importante salientar que foram os proprietários da camada menos favorecida que mais investiram em escravos: 63% contra 53% de investimentos no mesmo bem feito pelos proprietários da camada mais abonada. Na primeira, houve o predomínio de pequenas e médias posses entre um e seis escravos, com poucos inventariados possuindo entre sete e doze cativos.<sup>17</sup> Isso quer dizer que, com uma distribuição mais equilibrada de posses, a tendência foi que esses proprietários contassem com um patrimônio maior em bens escravos se comparado ao da camada mais favorecida, que apresentou posses mais concentradas, variando entre dez e 27 cativos. Quanto aos investimentos em animais e

---

<sup>13</sup> No caso da mulher, ela recebeu o mesmo nome do senhor.

<sup>14</sup> O caso de José é elucidativo para essa questão. Em 1864, ele era escravo, e tinha roças próprias nas terras de seus senhores, o que representava posse de bens na condição de cativo. AFCRPM. Processos-crime. Processo-crime de 22/2/1864.

<sup>15</sup> AFCRPM. Inventários – maço 07. Processo de inventário *post mortem* de Antônio Gramacho Falcão. Rio Pardo, 20/10/1838.

<sup>16</sup> A camada menos favorecida se refere aos proprietários com patrimônio avaliado entre 1:000\$000 e 2:999\$000 e a mais favorecida entre 3:000\$000 e 7:000\$000 (QUADRO 1 e 2).

<sup>17</sup> Com exceção de um inventariado que chegou a ter uma posse de dezessete cativos.

bens de raiz dos inventariados de ambas as camadas, eles foram semelhantes. Já na categoria de bens *Outros*, os proprietários mais afortunados investiram mais.

João Peixoto, residente em Barra do Itinga, teve seu patrimônio avaliado em 1:282\$420. Os bens mais valorizados foram três escravos, equivalendo a 56% da riqueza.<sup>18</sup> Mas nem todos os proprietários estavam com seus recursos empregados da mesma forma. Uns concentraram seus investimentos mais em animais ou, até mesmo, em bens de raiz do que em escravos. Foi o caso de José de Mello, que teve seus bens avaliados em 1:381\$172. Em animais, estavam aplicados 47% desse valor; em escravos, 34%; e o restante, em bens de raiz.<sup>19</sup> Já Ana Francisca da Costa teve 74% do valor do seu patrimônio composto por bens de raiz. Ela tinha uma posse de dois escravos e quatro animais, cujos bens correspondiam a 13% e 2%, respectivamente, do valor total dos bens, calculado em 1:067\$000.<sup>20</sup>

No último subperíodo, os inventariados de faixa média de fortuna apresentaram uma tendência de investimentos parecida com a da mesma faixa do primeiro subperíodo. Não obstante, a aplicação de maior volume de recursos em escravos, registrada para a camada menos favorecida, foi uma característica específica do primeiro subperíodo. Na década de 1860, ambas as camadas investiram recursos aproximados em mão-de-obra cativa. Na menos afortunada, a maioria dos proprietários contava com posses de um a três escravos. Os que tiveram posses maiores chegaram a possuir até seis cativos. As posses desses inventariados foram, portanto, duas vezes menor que as encontradas para o mesmo segmento da década de 1830. Já os proprietários da camada mais favorecida tiveram posses de três a dez cativos. Essas posses foram também bem menores que as dos proprietários correlatos do primeiro subperíodo. Quanto aos bens de raiz na última década, as propriedades eram mais modestas e os rebanhos foram menores. Enquanto para as duas camadas da década de 1830 os maiores rebanhos registrados foram de 178 e 223 animais, para as da década de 1860, eles foram de 83 e 192, respectivamente.

José de Menezes, com perfil patrimonial da faixa média da camada menos favorecida, teve seus bens inventariados em 2:051\$880. A posse de dois escravos correspondia à metade dos investimentos e um rebanho de 42 animais representava 39% da riqueza.<sup>21</sup> Entretanto, um dos proprietários que não seguiu a tendência de empregar a maior parte da riqueza em

<sup>18</sup> AFCRPM. Inventários – maço 05. Processo de inventário *post mortem* de João da Cunha Peixoto. Rio Pardo, 16/9/834.

<sup>19</sup> AFCRPM. Inventários – maço 06. Processo de inventário *post mortem* de José Martins de Mello. Rio Pardo, 9/1/1836.

<sup>20</sup> AFCRPM. Inventários – maço 06. Processo de inventário *post mortem* de Ana Francisca da Costa. Rio Pardo, 10/11/1837.

<sup>21</sup> AFCRPM. Inventários – maço 24. Processo de inventário *post mortem* de José Peixoto de Menezes. Rio Pardo, 12/3/1862.

escravos foi Felisberto Cardoso, morador do Riachinho. Ele adquiriu o mesmo número de escravos que João de Menezes, e a diferença ficou por conta do tamanho do rebanho possuído, que era quase quatro vezes maior. Com um patrimônio avaliado em 4:270\$300, 40% dele estava empregado em animais e apenas 18% em escravos. Seu segundo maior volume de recursos, 24%, estava aplicado nos bens da categoria *Outros*, com destaque para os créditos.<sup>22</sup> Observando o nível de riqueza dos proprietários de faixa média de fortuna de ambos os períodos, a partir dos bens, fica evidente que os da década de 1830 foram mais ricos e numericamente inferiores. Na década de 1860, essa camada foi alargada, com mais proprietários inseridos na faixa, ocorrendo uma maior distribuição da riqueza, embora ela fosse menor.

Por fim, os proprietários de faixa alta de fortuna. Na década de 1830, eles representavam 5% dos inventariados, possuindo 33,06% da riqueza. Suas maiores aplicações estavam em mão-de-obra escrava, 54%, e em animais, 20%. As posses desse segmento variavam entre vinte e 26 escravos.<sup>23</sup> Em geral, os inventariados dessa faixa foram possuidores de grandes rebanhos se comparados com os da maioria dos proprietários, variando de 162 a 527 animais. Eles foram também donos de muitas terras “de criar e plantar” e de “casas de morada”. Manoel Antônio de Sá, por exemplo, era um dos ricos proprietários de Rio Pardo. Seus bens foram avaliados em 11:331\$640, com 75% do valor empregado em uma posse de 24 cativos. Os bens de raiz correspondiam a 9% do patrimônio avaliado e um rebanho de 162 animais representava 12% do valor dos bens.<sup>24</sup> Todavia, o mais abonado do grupo de inventariados desse subperíodo de 1830 foi o capitão Bernardo Ferreira. Esse proprietário acumulou uma fortuna avaliada em 17:874\$560. O processo de inventário de seus bens, de mais de trezentas páginas, foi realizado em Rio Pardo, no termo de Conquista e de Caitité, província da Bahia, onde ele possuía bens. A composição do patrimônio estava relativamente equilibrada: 38% de escravos, 26% de animais, 26% de bens da categoria *Outros* e o restante em bens de raiz. Com uma posse de 26 escravos e um rebanho de 321 animais, o capitão possuía terras e casas de morada nos três termos.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> AFCRPM. Inventários – maço 26. Processo de inventário *post mortem* de Felisberto José Cardoso. Rio Pardo, 16/6/1865.

<sup>23</sup> A exceção foi a posse de José de Sá, que era de 44 cativos. Como um bom número deles era de idosos e de doentes, decorrendo disso uma desvalorização da posse, o valor considerado para essa categoria de bens no seu inventário não distanciou da média do subgrupo. AFCRPM. Inventários – maço 09. Processo de inventário *post mortem* de José Theodoro de Sá. Rio Pardo, 30/8/1842.

<sup>24</sup> AFCRPM. Inventários – maço 09. Processo de inventário *post mortem* de Manoel Antônio de Sá. Rio Pardo, 22/5/1842. José Theodoro e Manoel Antônio tinham em comum o sobrenome Sá. Contudo, a documentação não permite inferir se havia entre eles alguma relação de parentesco, com grande parcela da riqueza local concentrada em uma mesma família.

<sup>25</sup> AFCRPM. Inventários – maço 09. Processo de inventário *post mortem* de Bernardo José Ferreira. Rio Pardo, 19/4/1841.



Quanto à última década, o patrimônio dos inventariados de faixa alta de fortuna estava concentrado em escravos e em animais. Isso ocorreu também com o patrimônio dos proprietários da mesma faixa na década de 1830. Correspondendo a 12,5% do agrupamento e donos de 45,48% da riqueza, esses proprietários da década de 1860 investiram 13% a mais em escravos que os da década de 1830. Considerando que no último subperíodo essa faixa comportou um pouco mais que o dobro de proprietários em relação ao primeiro, as posses de escravos tenderam a ser menores, variando entre nove e vinte cativos. O tamanho dos rebanhos foi também menos expressivo, tendo sido o de 139 animais o maior registrado. Em relação aos bens de raiz, eles possuíam casas de morada e terras. Em bovinos e eqüinos, o investimento foi de 17%; em bens da categoria *Outros*, foi de 9%; e em bens de raiz, de 7%.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> O inventário de Francisco Bandeira foi excluído da análise feita para o referido subgrupo, uma vez que a composição de seus bens destoou dos seus pares, com 50% do valor do patrimônio alocado em bens da categoria *Outros*, especificamente em créditos. Sem a exclusão, o patrimônio desse inventariado empurraria a cifra dos bens *Outros* para cima e de terceiro lugar ocuparia o segundo na ordem de composição dos bens do subgrupo. Avaliado em 23:709\$684, seu espólio foi o mais valorizado da década. Como metade dele estava constituído de créditos, o investimento em bens escravos, animais e de raiz ficou em um patamar aproximado do investimento dos outros proprietários em relação aos mesmos bens. AFCRPM. Inventários – maço 25. Processo de inventário *post mortem* de Francisco Gomes Soares Bandeira. Rio Pardo, 27/11/1862.

## QUADRO 1

Perfil patrimonial de inventariados, por bens escravos, animais, de raiz e *Outros* – Rio Pardo (1833-1842)

FAIXA	INVENSTIMENTO PRINCIPAL	ESCRAVO	ANIMAL	DE RAIZ
Baixa	. <i>Outros</i> (45%) .Escravos (30%)	.33% não possuíam .50% possuíam de 1 a 2 .17% possuíam de 3 a 5	.70% possuíam até 20 .30% possuíam de 21 a 49	.30% não possuíam .a maioria restante possuía 1 casa e 1 terra.
Média	Camada menos favorecida			
	.Escravos (63%) .Animais (19%)	.A maioria possuía de 1 a 6 .A minoria possuía de 7 a 12	.72% possuíam até 50 .28% possuíam de 51 a 178	.Casas e terras
	Camada mais favorecida			
	.Escravos (53%) .Animais (21%)	.Posses de 10 a 27	.37% possuíam de 23 a 59 .63% possuíam de 120 a 218	.Casas e terras
Alta	.Escravos (54%) .Animais (20%)	.Posses de 20 a 26	.Rebanhos de 162 a 527	.Muitas casas e muitas terras

Fonte: AFCRPM. Inventários – maços 05-10.

## QUADRO 2

Perfil patrimonial de inventariados, por bens escravos, animais, de raiz e *Outros* – Rio Pardo (1861-1870)

FAIXA	INVESTIMENTO PRINCIPAL	ESCRAVO	ANIMAL	DE RAIZ
Baixa	.Animais (45%) .Outros (25%)	.82% não possuíam .14% possuíam 1 .4% possuíam 3	.76% possuíam até 30 .24% possuíam de 31 a 44	.A maioria possuía 1 casa e 1 terra
Média	Camada menos favorecida			
	.Escravos (55%) .Animais (17%)	.A maioria possuía de 1 a 3 .A minoria possuía de 4 a 6	.57% possuíam até 20 .43% possuíam de 21 a 83	.Casa e terras
	Camada mais favorecida			
	.Escravos (53%) .Animais (20%)	.61% possuíam até 5 .39% possuíam de 6 a 10	.52% possuíam até 50 .48% possuíam de 51 a 192	.Casas e terras
Alta	.Escravos (67%) .Animais (16%)	.Posses de 9 a 20	.Rebanhos de até 139	.Casas e terras

Fonte: AFCRPM. Inventários – maços 23-30.

Tratando-se do nível de riqueza, é possível compará-lo entre os dois subperíodos a partir de bens mensuráveis, como escravos e animais. Além de mensuráveis, esses bens se constituíam nos principais referenciais de riqueza na sociedade, o que valida a comparação (TAB. 1). Possuindo um número maior de escravos e de animais, os inventariados da década de 1830 eram mais afortunados que os da de 1860. No entanto, é preciso considerar que alguns bens poderiam ter sido omitidos quando se fazia o inventário. Apesar dos limites das informações, os dados indicam que nos currais e nos campos de pastagem das fazendas riopardenses do primeiro subperíodo havia 820 cabeças de gado *vacum* a mais que nos do segundo (TAB. 3).

TABELA 3

Riqueza de inventariados, por bens escravos e animais – Rio Pardo (1833-1870)

BEM	1833-1842		1861-1870		1833-1870	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Escravos	441	58	323	42	764	100
Eqüinos e muares	795	52	745	48	1.540	100
Bovinos	3.275	57	2.455	43	5.730	100

Fonte: AFCRPM. Processos de inventários – maços 05-10 e maços 23-30.

É provável que a redução da criação de bovinos fosse efeito de um tempo de seca, mais sentido na década de 1860. Desde o final da década de 1830, “a seca e a esterilidade da terra” já arruinavam as melhores fazendas, diminuindo o tamanho dos rebanhos, com a conseqüente elevação do preço do gado *vacum*.<sup>27</sup> Essa alta é confirmada nos processos de inventário referentes ao longo do período. Quanto aos animais eqüinos e muares, estes foram menos sensíveis às mudanças climáticas, devido a suas características diferenciadas, que lhes permitiram uma melhor adaptação em relação às condições adversas da terra. Por isso, essa criação não sofreu redução expressiva, como sofreu a de bovinos. Para ela, foram registradas quantidades aproximadas em ambas as décadas (TAB. 3).

Em relação à mão-de-obra empregada, os escravos foram mais numerosos na década de 1830, 16% a mais (TAB. 3). Para essa categoria de bens, outra ordem de circunstâncias provocou sua diminuição. Os escravos que alcançaram a liberdade, por exemplo, poderiam ter sido, gradativamente, mais numerosos ao longo das quatro décadas, elevando as taxas de alforrias no período. Quanto às mudanças de natureza política e econômica, como a proibição do tráfico em 1850, em alguma medida, elas poderiam ter sido sentidas em Rio Pardo. A

<sup>27</sup> APM. Correspondência da Câmara de Rio Pardo. PP 1.33, cx. 222, doc. 30, 1837.

elevação do preço de escravo, observada nos inventários, era resultado, provavelmente, de um efeito conjuntural. Uma vez verificado que a tendência na década de 1860 foi de ocorrer uma redistribuição de riqueza, os proprietários não dispunham, portanto, de grandes somas monetárias para a compra de cativos de preços elevados, já que a participação de africanos no segmento escravo foi três vezes menor em relação ao da década de 1830.<sup>28</sup> Se foi assim, a tendência foi a de diminuir a população escrava, prevalecendo cada vez mais a mão-de-obra livre.

A forma como a riqueza das duas décadas estava distribuída apontava para uma hierarquização social. Entretanto, a riqueza da década de 1830, mesmo maior, foi mais concentrada que a de 1860. A maior parte do contingente de inventariados da última década estava na faixa média de fortuna, enquanto no período inicial a maioria dos proprietários se concentrava na faixa baixa. Na década de 1860, o número de inventariados de faixa baixa tendeu a reduzir-se, e as faixas média e alta passaram a comportar percentuais mais elevados do grupo, ocorrendo maior distribuição da riqueza (TAB. 2). Assim, a Rio Pardo de 1830 era mais rica, porém mais excludente. E, inversamente, a de 1860 mesmo tendo sido mais pobre, encontrava-se com seus bens divididos entre os proprietários de maneira menos desigual.

Tal hierarquização social verificada em Rio Pardo estava também presente em outras sociedades contemporâneas. Mariana do período de 1820-1850 é um exemplo. De uma amostra, 2% dos proprietários de bens dessa localidade possuíam um quarto do total da riqueza.<sup>29</sup> Outro exemplo é Rio de Janeiro de 1840. Dentre um grupo de inventariados, 9,1% possuíam 67,8% da fortuna avaliada.<sup>30</sup> Notadamente, a distribuição diferenciada ou mais equilibrada de riqueza expressa as formas de organização social e econômica, como no caso de Rio Pardo, que apresentou para as duas décadas distintas formas de distribuição da riqueza patrimonial.

### Estrutura de posse de escravos

A estrutura de posse de escravos exemplifica bem a distribuição de riqueza e, no caso, a hierarquização social. Para observar como os cativos estavam distribuídos entre os senhores, classifico as posses por tamanho em quatro faixas: 1-5; 6-10; 11-20; e 21-44. Essa classificação permite discriminar as posses menores, 1-5, as médias inferiores, 6-10, as médias superiores,

<sup>28</sup> Sobre escravos africanos no termo de Rio Pardo cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*.

<sup>29</sup> Cf. ALMEIDA, Carla Maria. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*, p. 187.

<sup>30</sup> Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*, p. 254-255.

11-20 e as grandes, 21-44.<sup>31</sup> Para ambos os subperíodos, a maioria dos proprietários, 47% e 46%, respectivamente, possuíam pequenas posses, que iam de um a cinco cativos. Os grupos de senhores de posses de faixas médias foram também numericamente equivalentes para as duas décadas, 26% e 25%. Já as grandes posses foram registradas apenas na primeira (TAB. 4).

TABELA 4

Faixa de posse de escravos entre inventariados – Rio Pardo (1833-1870)

FAIXA	1833-1842				1861-1870			
	Inventariados		Escravos		Inventariados		Escravos	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
-	16	20,00	-	-	23	28,75	-	-
1	11	13,75	11	2,50	9	11,25	9	2,81
2	13	16,25	26	5,90	7	8,75	14	4,38
3	7	8,75	21	4,78	12	15,00	36	11,25
4	6	7,50	24	5,45	5	6,25	20	6,25
5	1	1,25	5	1,13	4	5,00	20	6,25
<b>1 a 5</b>	<b>38</b>	<b>47,50</b>	<b>87</b>	<b>19,76</b>	<b>37</b>	<b>46,25</b>	<b>99</b>	<b>30,94</b>
6 a 10	14	17,50	112	25,45	13	16,25	103	32,18
11 a 20	7	8,75	99	22,51	7	8,75	118	36,88
21 a 44	5	6,25	142	32,28	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>	<b>440</b>	<b>100</b>	<b>80</b>	<b>100</b>	<b>320</b>	<b>100</b>

Fonte: AFCRPM. Inventários – maços 05-10 e maços 23-30.

Se os subgrupos de proprietários de pequenas e médias posses foram ligeiramente equilibrados, o mesmo não ocorreu com o percentual de cativos que possuíam. Como visto, na década de 1830 a concentração de riqueza revelou-se mais acentuada, e isso é visualizado na distribuição dos escravos entre os senhores. No primeiro subperíodo, quase a metade dos proprietários detinha cerca de 20% do total de cativos, alocados em pequenas posses. Já no segundo, um percentual aproximado de inventariados, da mesma faixa de posse, era senhor de mais escravos, correspondendo a 30% do total. As diferenças de distribuição intensificavam-se nas faixas médias de fortuna. Enquanto na década de 1830 os escravistas de posses médias foram senhores de 47,96% dos cativos, o grupo congênere da de 1860 foi dono de 69,06%. A maior alteração na estrutura de posses foi apresentada pelas camadas mais favorecidas das faixas médias de fortuna. No primeiro subperíodo, os proprietários desse segmento possuíam uma média de 14,14 escravos, enquanto seus pares do segundo subperíodo eram donos de

<sup>31</sup> O uso dessa definição de faixas é corrente nos trabalhos historiográficos que tratam do assunto. Optei por essa classificação porque viabiliza a comparação dos dados entre diferentes localidades e não se destoa do contexto no qual as posses aparecem na documentação consultada.

16,85 escravos, em média. Já o maior conjunto de cativos da primeira década, 32,28%, vivia nas unidades de 21 a 44 escravos, ou seja, nas grandes posses. Na década de 1860, o maior agrupamento de escravos, 36%, estava na faixa média superior, 11-20.

As cifras demonstram, portanto, que os proprietários de pequenas posses e, principalmente, os de posses médias superiores do último subperíodo possuíam uma fatia maior desse bem. Isso porque na década de 1860 não apareceram proprietários de posses grandes, ocorrendo relativa redistribuição dessa riqueza, mesmo com um número total de escravos menor que o da década de 1830. Em ambas as décadas, o maior número de proprietários concentrou-se na faixa de pequenas posses. Na primeira década, o maior conjunto de proprietários escravistas era dono de menos cativos que seus pares da segunda. Foi somente na década de 1830 que existiam senhores donos de grandes posses. Esses indícios apontam para uma propriedade escrava mais concentrada na primeira década. Como não foi registrada a presença de proprietários de grandes posses na década de 1860, muitos proprietários eram senhores de poucos cativos, tendo predominado uma desconcentração maior da posse de escravos.

A média de cativos por proprietário na década de 1830 era de 6,28.<sup>32</sup> Na de 1860, ela diminuiu para 5,61.<sup>33</sup> Isso quer dizer que cada proprietário da primeira década possuía, em média, 0,67 de escravos a mais que seu congênere da segunda. Como no primeiro subperíodo o contingente escravo era maior, mesmo com mais proprietários, foi nele registrada uma média de posses mais alta. Os dados indicam uma redução da população escrava, com o gradativo crescimento da população livre. Essa tendência demográfica já se verifica desde a década de 1830 para o termo, em específico, e para a província, em geral.<sup>34</sup> Ainda assim, o regime escravista em Rio Pardo não sofreu abalos profundos ao longo do período, já que o número de proprietários de pequenas posses permanecia quase inalterado, evidenciando um regime ainda bastante difundido na década de 1860.

Trabalhos historiográficos sobre o regime escravista brasileiro têm relativizado a antiga tese da predominância de grandes propriedades escravistas. No recôncavo baiano das

---

<sup>32</sup> Desconsidereei uma posse de 44 cativos que destoou das demais. Se essa posse fosse mantida, a média do subperíodo aumentaria para 6,87. Para a região Jequitinhonha-Mucuri-Doce do período de 1831-1840, onde se situava o termo de Rio Pardo, a média de escravos por domicílio foi de 5,4 e para a província foi de 5, sendo desconsideradas as posses de mais de trinta cativos. Cf. LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, p. 119. Como no cálculo da média de Rio Pardo da década de 1830 não existiam posses acima de trinta escravos, é possível comparar as três médias, ocorrendo que a média local estava um pouco acima da regional e da provincial.

<sup>33</sup> As médias foram calculadas desprezando os inventariados sem escravos, dezesseis no primeiro período e 23 no segundo.

<sup>34</sup> Sobre o assunto cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*; PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO Tarcísio Rodrigues. *VII Seminário sobre a Economia Mineira*, p. 98.

primeiras décadas do século XIX, uma das principais regiões agroexportadoras, predominou pequenas e médias posses, com níveis baixos de concentração de escravos em grandes unidades.<sup>35</sup> Na província mineira, entre 1831 e 1840, o maior subgrupo de senhores escravistas, perto de 30%, possuía também pequenas posses, de três a cinco cativos. Isso demonstra que o sistema de exploração da mão-de-obra compulsória em Minas tinha uma base de sustentação política e social enraizada e ampla, com a predominância de proprietários de pequenas posses.<sup>36</sup> As evidências encontradas para Rio Pardo, tratando-se de dados locais, reiteram essa tese, de caráter mais geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1850*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ARAÚJO, Maria Lucília. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARRARA, Ângelo Alves. Um estatuto para a História Econômica. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (et al). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 2004.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992.

FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Metodologia da história quantitativa: balanço e perspectivas. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (et al). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

<sup>35</sup> Cf. SCHWARTZ, Stuart. *Estudos Econômicos*.

<sup>36</sup> Cf. LIBBY, Douglas, *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, p. 97-109. A tendência de muitos proprietários donos de poucos cativos, observada para o Oitocentos, já é verificada em Minas desde o século XVIII. Nas comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, por exemplo, 45,6% e 40,8% dos proprietários possuíam entre um a cinco cativos. Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*, p. 116-135.

MAGALHÃES, Beatriz. *La société ouoprétaine selon les inventaires post mortem (1740-1770)*. 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris, Paris, 1986.

MARQUES, Cláudia Eliane. *Riqueza e escravidão: dimensões materiais da sociedade no segundo reinado*: Bonfim/MG. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX Mineiro. *VII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995, v. 1.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PESES, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jaques. *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 13, n. 1, 1983.